

Plano de Integridade da CGE destaca fomento ao compliance e governança no Estado

Ter 30 outubro

A [Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais \(CGE\)](#) deu um importante passo para a consolidação do Plano Mineiro de Promoção da Integridade (PMPI), Decreto 47.185/2017, publicando o seu Plano de Integridade. O documento é um marco na administração estadual por ser o primeiro que destaca ações claras para alcançar a integridade e compliance no serviço público. Com 58 ações que refletem compromissos assumidos por todas as áreas da CGE, o documento está servindo de modelo para outros órgãos tanto estaduais, quanto municipais e federais.

Com a Lei Anticorrupção, que responsabiliza e penaliza empresas por desvios de recursos públicos, as instituições privadas começaram a investir mais efetivamente em áreas específicas de compliance e integridade.

O poder público, no entanto, não pode ficar aquém. Em Minas Gerais, a CGE encampou o tema e buscou as melhores práticas do setor privado, empresas públicas e órgãos públicos de outros estados e federais para traçar metas adequadas à realidade da Controladoria e que também sirva de modelo para a administração.

Entre as ações estão ampliar e aperfeiçoar o sistema de governança participativa na instituição, participar efetivamente das redes de controle, fomentar ações contra qualquer tipo de assédio e discriminação dentro do órgão, definir e aprovar a política de gestão de riscos da CGE, divulgar claramente os serviços ofertados pela Controladoria ao cidadão, entre outras.

O plano foi feito de maneira colaborativa pelos servidores do órgão central e Unidades Setoriais e Seccionais de Controle Interno e traz diretrizes claras para a promoção da ética e da integridade no serviço público.

“O documento reflete o compromisso da CGE com a promoção da integridade e fomento à prevenção. Cada área da Controladoria tem suas ações, com prazos para serem implementadas e de forma a gerar benefícios constantes. A Controladoria instituiu o PMPI por meio de decreto do governador Fernando Pimentel, assim, precisa servir de exemplo para todos os órgãos que devem adotar a integridade em todas as suas áreas de trabalho”, afirmou o controlador-geral do Estado, professor Eduardo Martins de Lima.

O subcontrolador de Governo Aberto, Márcio Almeida do Amaral, destacou que a implementação do plano abrange ações de governança, planejamento estratégico, gestão de riscos, controles internos, gestão de pessoal, transparência e controle social, adotadas pela instituição com o firme propósito de prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos lesivos ao patrimônio público.

Segundo a superintendente Central de Integridade e Controle Social, Juliana Aschar, o plano é resultado da estruturação e sistematização de um conjunto de princípios, diretrizes e normativos voltados à promoção da ética e da integridade.

Além de se tornar referência na temática da integridade, o objetivo da CGE é também inspirar novas práticas no âmbito do Estado de Minas Gerais, cumprindo a missão do PMPI. Hoje, oito órgãos da Administração Estadual estão instituindo programas internos de integridade: Fundação Ezequiel Dias, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Educação, Fazenda, Hemominas, Fhemig, Fundação João Pinheiro e Desenvolvimento Agrário.

[Clique aqui e conheça o Plano de Integridade da CGE.](#)